



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

### PROJETO DE LEI Nº 1.388, DE 2025

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, para dispor sobre tecnologia de alerta de ponto cego e dispositivos de visibilidade aumentada em caminhões e ônibus, com o objetivo de mitigar riscos de colisões.

**Autora:** Deputada DAYANY BITTENCOURT

**Relator:** Deputado RICARDO AYRES

## I - RELATÓRIO

A proposição sob análise, de autoria da ilustre Deputada Dayany Bittencourt, tem por objetivo alterar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para tornar obrigatória a instalação de tecnologia de alerta de ponto cego e dispositivos de visibilidade aumentada em caminhões e ônibus, além de adesivos refletivos de ponto cego nesses veículos, visando mitigar riscos de colisões.

O projeto propõe o acréscimo de dois novos incisos ao artigo 105 do CTB: o inciso IX, referente à tecnologia de alerta de ponto cego e dispositivos de visibilidade aumentada; e o inciso X, relativo aos adesivos refletivos de ponto cego. A proposição estabelece cronograma de dois anos para inclusão desses itens em veículos novos e cinco anos para veículos antigos, contados a partir da definição das respectivas especificações técnicas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).



Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 676 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF  
Tel (61) 3215-5676 | [dep.ricardoayres@camara.leg.br](mailto:dep.ricardoayres@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256211871300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Ayres

Apresentação: 18/09/2025 11:18:02.427 - CVT  
PRL 1 CVT => PL 1388/2025

PRL n.1





Para financiamento dos novos itens, o projeto prevê alterações na Lei nº 9.602, de 1998, para ampliar o escopo do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), além de estabelecer como fontes recursos de parcerias com o setor privado, percentual de receitas de loterias da Caixa Econômica Federal e recursos de fundos superavitários ou com valores inativos.

Na justificação, a Autora fundamenta a necessidade da medida para enfrentar o grave problema de acidentes envolvendo veículos pesados, citando que os ângulos mortos são responsáveis por inúmeras colisões evitáveis. Menciona ainda a experiência francesa, onde adesivos de pontos cegos são obrigatórios desde 2021.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre o mérito da matéria. Na sequência, a proposição seguirá para a Comissão de Finanças e Tributação, para análise de mérito e de adequação financeira e orçamentária, e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que deverá se manifestar quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposta nesta Comissão.

É o nosso relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A proposição busca implementar medidas de segurança em veículos pesados para reduzir acidentes causados pelos pontos cegos de caminhões e ônibus, objetivo que merece nosso integral apoio. Contudo, após análise detalhada e consideração das contribuições recebidas, entendemos necessários ajustes para adequar a proposição à realidade econômica do setor e à regulamentação já existente.





De pronto, o projeto apresenta méritos evidentes na busca por maior segurança viária. A obrigatoriedade de medidas preventivas para acidentes envolvendo pontos cegos representa avanço fundamental na proteção de pedestres, ciclistas e motociclistas. A experiência internacional demonstra a eficácia dessas iniciativas, e o Brasil deve alinhar-se aos padrões modernos de segurança.

Entretanto, verificamos que a exigência de tecnologias complexas de sensoriamento pode tornar a produção de veículos substancialmente mais cara, com impactos significativos nos preços finais e na competitividade do setor de transportes. Considerando que grande parte da frota brasileira é composta por caminhoneiros autônomos e pequenas transportadoras com limitações financeiras, a implementação de tecnologias de alto custo poderia criar barreiras desproporcionais.

Importante destacar que a Resolução nº 966, de 2022, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) já tornou obrigatória em veículos novos a utilização de espelhos que reduzem os pontos cegos, demonstrando que existe solução parcial em vigor para o problema identificado pela Autora. Essa regulamentação recente comprova a preocupação das autoridades com a questão e estabelece base técnica consolidada para aprimoramentos.

Nesse contexto, consideramos mais adequada a implementação inicial de adesivos informativos de ponto cego em caminhões e ônibus, medida que mantém o objetivo de segurança da proposição original com custos substancialmente menores e maior facilidade de implementação. Essa solução permite conscientização de outros usuários da via sobre os riscos dos pontos cegos, contribuindo efetivamente para a redução de acidentes.

Devido à simplificação que propomos em nosso Substitutivo, entendemos não haver necessidade de se prever fontes de financiamento específicas para a medida, posto que o custo dos adesivos informativos não é representativo diante das despesas operacionais dos veículos de grande porte. Ademais, quanto aos prazos para a necessária regulamentação do Contran e a adequação da frota circulante, propomos o prazo de um ano para a entrada em vigor da norma que se originar da proposição em análise.





Diante do exposto, buscando manter os objetivos de segurança viária da proposição original, com maior viabilidade econômica e alinhamento à regulamentação existente, nos aspectos que cabem à análise desta Comissão, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.388, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

  
Deputado RICARDO AYRES  
Relator

2025-15688





## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.388, DE 2025

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre adesivos informativos de ponto cego em caminhões e ônibus, com o objetivo de mitigar riscos de colisões.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre adesivos informativos de ponto cego em caminhões e ônibus, com o objetivo de mitigar riscos de colisões.

Art. 2º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art.

105. ....

IX – adesivos informativos de ponto cego em caminhões e ônibus, nos termos de regulamentação do Contran.

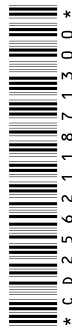
.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

  
Deputado RICARDO AYRES  
Relator

Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 676 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF  
Tel (61) 3215-5676 | [dep.ricardoayres@camara.leg.br](mailto:dep.ricardoayres@camara.leg.br)





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

2025-15688

6

Apresentação: 18/09/2025 11:18:02.427 - CVT  
PRL 1 CVT => PL 1388/2025

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 676 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF  
Tel (61) 3215-5676 | [dep.ricardoayres@camara.leg.br](mailto:dep.ricardoayres@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256211871300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Ayres

